

Nos trilhos da privatização: ferrovias e ferroviários do Rio de Janeiro em questão

Fernando de Oliveira Teixeira da Silva¹

Keila Lúcio de Carvalho²

STAMPA, Inez. *Nos trilhos da privatização: ferrovias e ferroviários do Rio de Janeiro em questão*. São Paulo: Annablume, 2011. XXX p.

É lugar comum afirmar o quanto a década de 1990 (principalmente sua segunda metade) foi crucial na vida econômica e política brasileira. Igualmente o referido período representou um marco na organização, gestão e condição de trabalho no país. Podemos citar brevemente o lançamento do “Plano Real”, a abertura da economia, as privatizações, a descentralização da administração pública, o sucateamento dos serviços públicos, o desemprego, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a informalidade, a terceirização, a fragmentação do trabalho e do trabalhador etc., como alguns dos processos da época que têm consequências evidentes nos dias atuais.

O que poderíamos dizer de um sindicato que não somente estava no “olho do furacão”, mas também, por suas particularidades, se insere neste processo de forma ainda mais complexa? O sindicato de uma empresa federal que presta um serviço público essencial à população, que foi estadualizada, dividida e privatizada; que teve mais da metade de seus trabalhadores demitidos. Uma entidade que teve sua base foi dividida em funcionários públicos, privados e posteriormente o regresso dos servidores públicos que haviam sido demitidos e foram “anistiados”, além de um sem-número de prestadores de serviços que foram terceirizados e que, por esta razão, não podem mais fazer parte da entidade. Some-se a isso o fato de haver outro sindicato sobre a mesma base territorial e, igualmente, haver duas federações (o que é expressamente proibido pela Constituição Federal).

A entidade em questão é o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Zona da Central do Brasil³ e o que nos é apresentado pela autora, Inez Stampa, no livro *Nos Trilhos da Privatização: Ferrovias e Ferroviários do Rio de Janeiro em questão*⁴, publicado pela Annablume, é uma pesquisa de uma década não somente sobre a entidade, mas também sobre o tema em sentido mais amplo e seu contexto. Nesta obra, é feito um resgate da história do sindicato e da própria rede ferroviária da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (RMRJ). Trata-se de um “casamento” feliz entre o estudo de dois objetos emblemáticos: as empresas — inicialmente uma, que foi transformada e dividida algumas vezes — responsáveis pela malha ferroviária que tem grande importância no desenvolvimento histórico da RMRJ, da qual depende, de diversas formas, parte considerável da população, e o sindicato que esteve e ainda se encontra no turbilhão de mudanças radicais, que foram incontornáveis e são irreversíveis sobre sua base, as condições de trabalho, as formas de contrato, a relação com os usuários, etc.

Apesar do apanhado histórico que remonta ao início do surgimento das ferrovias no Brasil, Stampa concentra sua análise a partir de meados da década de 1990, quando da preparação para a privatização, até 2007, com a maioria das mudanças já estabelecidas, mas permanecendo uma situação de instabilidade e insegurança.

A autora não se furta a examinar e assumir posição frente ao contexto histórico do período. Não somente a política econômica em geral, mas também a recomposição capitalista são alvos da devida consideração assim como, especificamente, o processo de privatização — ou desestatização, como é oficialmente referido — no Brasil. Desta forma, a minuciosa investigação não diz respeito a um objeto “levantado do chão”, desgarrado e independente do espaço e do tempo, mas sim incrustado na realidade da qual não pode escapar, embora possa se relacionar de diferentes maneiras.

O panorama que se apresenta para o sindicato é emblemático. Sua base é reduzida e complexificada por diversas formas de contrato. Somando-se à conjuntura de desemprego e informalidade ascendentes e às novas práticas de gestão do trabalho que buscam a captura da subjetividade do trabalhador, a consequência desse panorama é a grande dificuldade de mobilização e mesmo de manutenção dos laços de solidariedade da fragmentada categoria dos ferroviários e, mais além, da classe trabalhadora.

Na análise de Stampa, este panorama diz respeito, não a uma crise do trabalho — que continua central na sociedade — mas à estrutura de organização tradicional da classe trabalhadora, bem como de sua capacidade de mobilização. Este modelo

foi desenvolvido para lidar com uma determinada forma de relação capital-trabalho que se modificou – embora mantendo sua contradição elementar. Disso decorre o fato de que, agora, as tradicionais formas de mobilização pautadas nas reivindicações do trabalho da base sindical não têm a mesma força, visto a fragmentação, informalização e complexificação dessa base.

Por esse motivo, a autora demonstra grande interesse em iniciativas que articulam o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil com outros sindicatos e com os movimentos sociais. Esta poderia ser a forma de contornar a fragmentação da categoria e da classe, reconstruindo os laços de solidariedade e a capacidade de mobilização. Sem abandonar as demandas específicas do trabalho e da categoria em questão, a articulação com outras demandas da sociedade civil pode não somente elevar o contingente de mobilização, mas levar o debate para o espaço público — que não se restringe ao espaço estatal nem ao espaço privado — criando condições de disputa não somente de determinadas pautas, mas da própria hegemonia ideológica.

Sendo assim, o objetivo principal do livro é investigar se o sindicato tem conseguido resistir à pressão ideológica, empreendendo com a intenção de reverter a ofensiva neoliberal e combater a lógica privatista a qual vem sendo submetido. Em prosseguimento, intenta verificar se existe e quais são as possibilidades da articulação da referida entidade com os movimentos sociais.

Nos Trilhos da Privatização: Ferrovias e Ferroviários do Rio de Janeiro, prefaciado por Marco Aurélio Santana, é composto por seis capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo aborda, ainda de maneira geral, os desafios do mundo do trabalho e dos sindicatos. Dessa forma, é realizado um breve panorama do tema e do contexto histórico, levantando questões a serem aprofundadas no decorrer do livro e apresentando sua metodologia de pesquisa. Ademais, realiza o debate sobre a centralidade do trabalho, onde a autora dialoga criticamente com Gorz e Offe.

No segundo e no terceiro capítulos, Inez Stampa analisa pormenorizadamente o processo de privatização brasileiro e, especificamente, o caso da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), empresa à qual eram vinculados os ferroviários e que sofreu um acelerado e intrincado processo de desestatização, que envolveu a criação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Companhia Fluminense de Trens Urbanos (Flumitrens), entre outras, além da divisão da malha ferroviária da RMRJ. Observando atentamente, desde os procedimentos de preparação para a privatização, até as diversas mudanças pós-privatização, a autora abor-

da, de forma direta, a existência de um compromisso com interesses econômicos privados em detrimento do interesse social público em diversos momentos, como na demissão de trabalhadores em massa, no sucateamento do patrimônio e nas polêmicas avaliações do preço mínimo para leilão, que foi arrematado pela SuperVia. No caso estudado são reveladas inúmeras evidências de que o contrato de concessão privilegia indevidamente a empresa concessionária, enquanto onera demasiadamente o Estado. Além disso, algumas das metas que — a despeito do desequilíbrio do contrato — foram designadas à concessionária não são cumpridas. As principais vítimas dessa situação são os trabalhadores e usuários que ficam expostos a condições precárias de trabalho e transporte chegando a ter a própria vida posta em risco.

No quarto capítulo, o livro mergulha na crise do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil. Nessa parte, é contextualizado o momento de crise da estrutura sindical e apresentado o estado de deterioração da identificação coletiva e capacidade de mobilização. São apontados diversos fatores conjunturais internos e externos à esfera sindical, que vão desde as dificuldades do sindicalismo cutista (inclusive com o surgimento da Força Sindical), central a qual a entidade é filiada, até a extrema complexificação da categoria. Ademais, o sindicato sofreu uma grande redução de contribuintes, além de receber apenas metade dos repasses oficiais devido à existência de outro sindicato na mesma base territorial. Stampa aponta ainda a inovação da gestão do trabalho promovida pela SuperVia, no bojo da recomposição do capital. A ameaça de demissão, a multiplicidade de contratos mesmo para aqueles que realizam as mesmas tarefas e outras táticas incidem diretamente sobre a individualização do trabalhador e quebra os vínculos de solidariedade coletiva. Considerando a generalidade deste contexto, que não se restringe ao sindicato objeto da pesquisa, a situação fica ainda mais grave.

No quinto capítulo, a autora aborda as tentativas de reinvenção do movimento sindical. No decorrido momento de crise, cujos mais graves problemas são a desmobilização dos trabalhadores e o congelamento da revitalização da ferrovia, são apontadas diversas iniciativas, por parte do Sindicato de Ferroviários da Central do Brasil, de articulação tanto com outros sindicatos quanto com os movimentos sociais. Esse tipo de iniciativa, segundo a autora, pode contornar a fragmentação da classe trabalhadora, ocasionando o surgimento de novos sujeitos coletivos e novos padrões de solidariedade. Desta forma, poder-se-ia integrar pautas pertinentes a diversas categorias de trabalhadores, que dizem respeito ao conflito dentro do locus de trabalho, juntamente com pautas que englobem direitos sociais e a construção da cidadania de forma ampla (como o direito ao transporte, entre outros).

Stampa faz ainda a pertinente consideração de que a articulação de lutas por dentro e por fora do trabalho não põe em dúvida a centralidade do trabalho na sociedade atual, nem deve desconsiderar a preponderância da luta de classes nesses conflitos. Ademais, apesar de haver iniciativas que apontam para alternativas que podem conter soluções para alguns dos “nós” do movimento sindical, a questão não deixa de ser complexa e a própria direção do sindicato tem opiniões divergentes quanto às referidas ações.

Considerando que grande parte das transformações mais importantes se efetivou durante o governo FHC e se tornou um símbolo deste, a autora não se furta a pautar o subsequente e polêmico governo Lula e suas implicações e contradições para o movimento sindical no sexto capítulo. Tendo em vista que se trata de um governo dirigido por um ex-sindicalista da mesma central sindical a qual o sindicato em questão é filiado — tendo vários integrantes oriundos do movimento sindical — Stampa avalia que, embora não haja atitudes deliberadas de aprofundamento das privatizações — considerando também que a maioria absoluta dos bens e serviços “privatizáveis” já haviam sido desestatizados — não houve, por parte do governo, iniciativas significativas que pudessem apontar de alguma forma para a reversão da privatização ou da lógica privatista que transformou as relações de trabalho no país. Ademais, ainda houve algumas iniciativas criticadas diretamente pela base sindical cutista. Paralelamente, a própria CUT também foi criticada por sua base devido a suas relações com o governo, sobretudo com a indicação do então presidente da central ao MTE. A nova conjuntura política deixou muitos sindicatos em uma encruzilhada onde, por um lado, reconhecem um sindicalista na presidência e diversos dirigentes no governo, por outro, não reconhecem nas ações do governo a maior parte de suas reivindicações. Esta situação levou a um relativo declínio da base cutista, considerando a grande ampliação da Força Sindical e a ruptura política de setores de esquerda da CUT.

Cabe ressaltar que no decorrer do livro, Inez Stampa frequentemente lança mão de depoimentos e cita as consequências da privatização das ferrovias para os usuários. Os mais de meio milhão de usuários que utilizam os trens da RMRJ por dia são compostos na maioria absoluta por pessoas que estão a caminho ou voltando do trabalho. Os impactos do processo analisado repercutem diretamente sobre a classe trabalhadora moradora dos subúrbios e periferias. Este fato não passa em branco, pois ele incide sobre as condições de vida da classe trabalhadora e reflete a questão social de diversas maneiras.

Trata-se, pois, de um livro que traz à tona temas reconhecidamente importantes a partir de uma pesquisa de grande relevância, e dá fôlego a um debate que vem sendo sistematicamente preterido, mas que continua extremamente pertinente. Se na atualidade, a ideologia do fim ou da perda de centralidade do trabalho faz coro com diversos argumentos que questionam a existência de classes sociais em contradição, o livro *Nos Trilhos da Privatização: Ferrovias e Ferroviários do Rio de Janeiro em questão*, de Inez Stampa, nos oferece dados da realidade que contradizem essas correntes e é exitoso na forma como demonstra que a crise das estruturas de organização e representação dos trabalhadores não diz respeito à uma suposta crise do trabalho. Ao contrário, é consequência das transformações de uma sociedade organizada em torno do próprio trabalho. Igualmente exitoso é o apontamento para uma saída da crise pela via da integração com os movimentos sociais, através da articulação das demandas de dentro e fora do espaço laboral, trazendo o debate para o espaço público sem abstrair da contradição de classe, fingindo dos chamados “atalhos ideológicos”.

Notas

- 1 Fernando de Oliveira Teixeira da Silva é Cientista Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: outubrofernando@gmail.com
- 2 Keila Lúcio de Carvalho é Cientista Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: keilalucio@yahoo.com.br
- 3 Doravante, Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil.
- 4 O livro traz dados da pesquisa realizada pela autora para sua tese de doutorado *E agora, companheiros? Ação Sindical dos ferroviários e a reinvenção da política*, defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. A referida tese recebeu o Prêmio Capes de Teses de 2008 na área de Serviço Social.

Recebido em janeiro de 2012, aprovado para publicação em fevereiro de 2012.